



ESTRATÉGIAS DE GESTÃO PÚBLICA NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: UMA REVISÃO

MURILO CENTURELI PITONDO; CARLOS EDUARDO PELEGRINI

Introdução: A judicialização da saúde é um fenômeno em que indivíduos recorrem ao sistema judiciário para garantir acesso a medicamentos e serviços de saúde. Esse processo tem se intensificado no Brasil, levando a um aumento significativo nas demandas judiciais e impactos nos sistemas de saúde pública e privada. A falta de atenção a fatores ergonômicos nas intervenções de saúde pode agravar essas demandas, especialmente em contextos de trabalho sedentário. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é mapear as estratégias implementadas pelos sistemas de saúde no Brasil para lidar com a judicialização da saúde, visando racionalizar os gastos públicos e avaliar se essas estratégias incorporam os princípios da saúde baseada em evidências, incluindo a consideração de fatores ergonômicos. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida com base em uma metodologia rigorosa, centrada no conceito de judicialização da saúde e nas estratégias adotadas por instituições públicas e privadas. As buscas foram realizadas em bases de dados eletrônicas, incluindo Embase, Medline e Web of Science, utilizando critérios de elegibilidade bem definidos. Inicialmente, foram avaliados 11.148 estudos, dos quais 121 foram selecionados para leitura completa. Ao final, 79 estudos foram incluídos na revisão. **Resultados:** A análise revelou que as estratégias adotadas pelos gestores de saúde se concentraram em três áreas principais: informação, mediação e cooperação. No entanto, a maioria dos estudos abordou apenas o sistema público, com apenas três explorando ambos os contextos. Notavelmente, nenhum dos estudos examinados incorporou os preceitos da saúde baseada em evidências ou considerou os fatores ergonômicos como estratégia para mitigar a judicialização. **Conclusão:** A judicialização da saúde apresenta desafios significativos, podendo levar ao colapso do sistema se não for gerenciada adequadamente. É essencial que os gestores tenham acesso a informações precisas e utilizem técnicas de mediação e cooperação, considerando as necessidades dos pacientes e as capacidades do sistema. Além disso, a promoção de práticas baseadas em evidências, incluindo a integração de fatores ergonômicos, é crucial para garantir a efetividade das intervenções e a sustentabilidade do sistema.

Palavras-chave: **SAÚDE PÚBLICA; ERGONOMIA; DEMANDAS JUDICIAIS; SUSTENTABILIDADE; INTERVENÇÕES**